

**OBJETIVO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE****DATA: 06/02/2024****LOCAL: CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS**

001 Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no auditório do Conselho Estadual de
002 Saúde de Goiás, situado à Avenida República do Líbano, nº 1.875 – Edifício Vera Lúcia, 7º andar – Setor
003 Oeste, nesta Capital, dá-se o início, às 08h53min, a **Segunda Reunião Ordinária do ano de dois mil e**
004 **vinte e quatro do Conselho Estadual de Saúde de Goiás – CES/GO**, para apreciação e deliberação da
005 seguinte pauta: **1 – Apresentação dos informes das Comissões (10h45min às 11h15min).** **2 – Informes**
006 **dos Conselheiros (11h15min às 11h30min).** **3 – Informes da Mesa Diretora (11h30min às**
007 **12h00min).** **4 – Ordem do Dia (13h30min):** **ITEM 1** – Apresentação e Deliberação das Resoluções Ad
008 Referendum. 1 – Resolução Ad Referendum nº 07.2024 – 1ª CEGTES – 1ª Conferência Estadual de
009 Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Estado de Goiás; 2 – Resolução Ad Referendum nº
010 08.2024 – 5º CESTT – 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; 3 –
011 Resolução Ad Referendum nº 09.2024 – MENP SUS-GO - Mesa Estadual de Negociação Permanente do
012 Sistema Único de Saúde em Goiás. **Exposição:** Mesa Diretora. **ITEM 2** – Apresentação do PES 2024-
013 2027. **Exposição:** Gerência de Planejamento. **ITEM 3** – Apresentação da Nova Estrutura da
014 Regionalização da SES – Secretaria de Estado da Saúde. **Exposição:** Gerência das Regionais de Saúde /
015 Simone Camilo. **ITEM 4** – Deliberações sobre a 1ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da
016 Educação em Saúde do Estado de Goiás – 1ª GEGTES. **Exposição:** Mesa Diretora. **ITEM 5** –
017 Apresentação da Portaria nº 323.2012 – Institui a Política Estadual de Saúde do Trabalhador no Estado de
018 Goiás. **Exposição:** Gerência de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador. **ITEM 6** – Processo
019 Eleitoral do CMS de Anápolis e Padre Bernardo. **Exposição:** Mesa Diretora. A Mesa Diretora foi
020 composta pelos seguintes integrantes: Presidente: Walter da Silva Monteiro, 2º Secretário: Venerando
021 Lemes de Jesus. **Presidente Walter** inicia a Reunião fazendo a leitura da lista de frequência dos(as)
022 conselheiros(as). Menciona a existência de uma nova indicação, atendendo à solicitação do Conselho,
023 que pediu a indicação de um novo representante da entidade Projeto Rondon – Associação Nacional dos
024 Rondonistas do Estado de Goiás – Lorrany Kettilyn Almeida de Jesus Fernandes, e no momento, passa a
025 titularidade o seu representante. Continuando passa também a titularidade as conselheiras do segmento de
026 trabalhadores: Conselheira Rosa Irlene Maria Serafin, representante do CREFITO 11 – Conselho
027 Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, e a Conselheira Shirley Ferreira da Silva,
028 representante do SOEGO – Sindicato dos Odontologista no Estado de Goiás. Acata a representação do
029 SINTEGO – Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Goiás – Maria Ferreira.
030 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS:** **Presidente Walter** lê as ausências das conselheiras:
031 **Conselheira Luzinéia**, representante do SINDSAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único
032 de Saúde no Estado de Goiás, por motivo de acompanhamento da cirurgia do filho; **Conselheira**
033 **Stéfany**, representante da ABRALE – Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia, por motivo de
034 reunião da diretoria da associação; **Conselheira Cristina**, representante do CRBIO-04 – Conselho
035 Regional de Biologia 4ª Região, esclareceu que não tinha como comparecer e que estava providenciando
036 a substituição dela própria. Informa que a partir daquele momento, a assinatura da folha de presença
037 valeria apenas para a constatação da presença, não mais para a formação de quórum. Continuando o
038 andamento da Plenária convida um representante de gestor/trabalhador e um representante dos
039 trabalhadores para comporem a Mesa, sendo convidados o conselheiro João Batista, do segmento
040 gestor/prestador, e a conselheira Rosa Irlene Maria Serafin, do segmento dos trabalhadores. Informa que
041 quer apresentar ao Pleno a nova presidente eleita e empossada da ABRATO – Associação Brasileira dos
042 Terapeutas Ocupacionais, Marta Maria Neto Silva, que já foi Conselheira deste Pleno, cuja substituição
043 passa a integrar a CIMEPEGTS – Comissão Intersetorial de Monitoramento da Execução das Políticas de
044 Educação e Gestão do Trabalho na Saúde. Explana que devido à troca do ano civil e da rescisão do
contrato da empresa fornecedora de alimentação, a SES-GO – Secretaria de Estado da Saúde de Goiás,



045 está sem empresa prestadora de serviços na área de eventos para alimentação, informando que o
046 processo de licitação está aberto, justificando que o mesmo é moroso, mas destaca que num diálogo com
047 um representante do conselho, a Conselheira Christiane Maria do Vale, representante do SINDLABS –
048 Sindicato dos Laboratórios de Análises e Banco de Sangue, patrocinará o almoço. Destaca que
049 persistindo o problema no próximo mês, será procurada uma outra instituição para a mesma parceria,
050 reforçando que não se trata de uma troca de favores, pois a Mesa Diretora, por unanimidade, aceitou a
051 oferta. Pontua que após a reunião das comissões, será discutido o adiamento da próxima reunião da
052 Plenária, para que haja tempo hábil para que o problema da alimentação pudesse ser solucionado.
053 Reforça a necessidade de se pensar a reunião no mesmo dia, pois estão ocorrendo atrasos nas
054 deliberações do Conselho. Procede a apresentação dos novos servidores do Conselho aos(as)
055 conselheiros(as), apresentando a servidora Rachel Trindade, que assumirá a Coordenação de Processos e
056 também assumirá a parte administrativa das Conferências Estaduais do Conselho, no lugar da servidora
057 Rhavenna, a qual pediu exoneração do cargo, e servidor Artur Borba, servidor da Secretaria de Estado da
058 Saúde, oriundo da unidade Central Estadual de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa, o qual
059 desempenhará as atividades na Coordenação Administrativa, sob coordenação da servidora Gracielle
060 David, com ambos os novos servidores tendo iniciado o exercício nas novas funções a partir de 1º de
061 fevereiro de 2024. **1 – INFORMES DAS COMISSÕES:** **1.1 - CIMEOF – Comissão Intersetorial de**
062 **Monitoramento da Execução Orçamentária e Financeira.** Conselheira Rosa Irlene, representante do
063 CREFITO 11, informa que fará um ofício para ser entregue à Mesa Diretora e que também que irá
064 solicitar uma reunião com a mesma, e que estão trabalhando na finalização do RAG – Relatório Anual de
065 Gestão, de 2020, para posteriormente solicitar como ponto de pauta a apresentação ao Pleno. Relata que a
066 comissão deliberou que farão reuniões todas as segundas-feiras à tarde que precede à próxima reunião da
067 plenária do CES, para que possam avançar nos trabalhos. Enfatiza a necessidade de um assessor com
068 capacidade técnica para a análise dos RAGs e RDQs – Relatório Detalhado do Quadrimestre, solicitando
069 também que a Mesa Diretora insira o CREFITO 11 na oficina que vai ocorrer em abril, no Estado de
070 Mato Grosso MT, da COFIN Nacional – Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento. Informa
071 que os trabalhos estão sendo executados de forma satisfatória com o assessor temporário. **1. 2-**
072 **CIAMCMS – Comissão Intersetorial de Apoio e Monitoramento dos Conselhos Municipais de**
073 **Saúde.** Conselheira Rosália explica que a relatora está com problemas de saúde, tendo que se ausentar
074 da plenária, solicitando que ela fizesse os informes. Informa também que a reunião da citada entidade foi
075 composta por uma prestação de contas que a coordenadora da CIAMCMS fez com a Secretaria Executiva
076 e com a Mesa Diretora do CES-GO, no último dia 12 de janeiro de 2024, em que foi tratada uma pauta da
077 CIAMCMS e da Coordenação de Apoio aos Conselhos Municipais de Saúde, tendo como
078 encaminhamento que no próximo dia 19 de fevereiro, em período integral, a Comissão reunirá para
079 delinejar seu Plano de Ação para o ano de 2024, a ser apresentado à Mesa Diretora. O outro
080 encaminhamento refere-se ao tema que foi discutido na Plenária anterior, retornando à discussão devido
081 ao fato de ter sido cobrado pela Comissão a respeito de denúncia de alguns municípios, como Anápolis e
082 Padre Bernardo, comunicando conforme o que foi denunciado, foram feitos levantamentos documentais,
083 tendo sido a auditoria devidamente respondida. Pontua que em relação ao papel da Comissão e do
084 Conselho, tem-se por prática que a partir de uma intervenção dentro do Conselho, a partir de uma
085 manifestação do Município, de um pedido de apoio técnico, e a Comissão discutiu o assunto pela manhã,
086 havendo o entendimento de que a denúncia seria recebida, levantada e apurada, não havendo, entretanto,
087 não há a autonomia para intervenção se não houver uma manifestação do Município solicitando este
088 apoio. Exprime que com este fim, foi encaminhado à Mesa Diretora uma solicitação para uma consulta
089 ao CONJUR – Consultor Jurídico, tendo sido solicitada também outra reunião com a Mesa Diretora e
090 com todos os membros da Comissão para tratar da discussão do Artigo 16 da Lei 18.865, que cria o
091 Conselho Estadual de Saúde. Reforça que assim que a relatora terminar a ata da Comissão, esta será
092 entregue à Mesa Diretora. Presidente Walter pergunta o que é o CONJUR, no que a conselheira Rosália



093 responde que é a advocacia setorial, explicando que seria uma espécie de assessoria jurídica,
094 mencionando que, pela primeira vez, assiste a uma Comissão. **1.3 – CIMEPS – Comissão Intersetorial**
095 **de Monitoramento da Execução da Política de Saúde.** **Conselheira Elza** afirma que a representante
096 convidada do SIEG – Sindicato dos Enfermeiros(as) do Estado de Goiás, a senhora Viviane repassará o
097 relatório. **Sra. Viviane** relata estar tranquila após o recebimento do relatório da auditoria, e por constatar
098 que todas as auditorias identificaram o que está acontecendo nos contratos com as OSS's –
099 Organizações Sociais, da necessidade de todas devolverem o dinheiro, e que as COMAGS –
100 Coordenadorias de Monitoramento, Apoio e Gestão, não fazem relatórios, pontuando que foi detectado
101 que as informações lançadas no sistema não são confiáveis. Relata que não há confiabilidade no que está
102 sendo inserido no sistema, mencionando que solicitar documento e não analisá-lo em profundidade ou
103 não analisar é fácil. Destaca a existência de uma orientação do Ministério Público Estadual, ressaltando
104 que o mesmo está fiscalizando a Lei do Conselho Estadual. **Conselheira Elza** informa que todos(as)
105 os(as) conselheiros(as) podem ver os relatórios produzidos pelos hospitais, afirmado que o relatório vai
106 para o gestor do município, o que não impede que seja visto pelos(as) conselheiros(as) estaduais. Reforça
107 a necessidade de acompanhamento do trabalho que está sendo feito pela auditoria. **Sra. Viviane**
108 acrescenta que está com o relatório que foi feito em 2023, ressaltando que é regimental levar ao Plenário
109 o que foi feito, e procede à leitura do documento elaborado que seria entregue à Mesa Diretora.
110 Apresenta dados concretos, dizendo que se reuniu 45(quarenta e cinco) vezes durante o ano de 2023,
111 numa média de mais de 03(três) reuniões mensais, relatando já ter discutido muitas vezes em plenário
112 acerca dos pareceres técnicos. Menciona os treinamentos feitos para os assessores técnicos, informando
113 que são muitos os documentos que compõem os demais documentos analisados, pois a documentação é
114 vasta, explicando também que os técnicos fazem a análise prévia, em seguida os(as) conselheiros(as) na
115 Comissão analisam também a documentação. Pontua que serão analisadas as metas de produção,
116 reforçando que quando a assessoria técnica faz um bom trabalho, há uma economia de tempo. Afirma
117 que estão concluindo a análise dos RAGs de 2020, 2021 e 2022, e que haverá um intervalo no mês de
118 fevereiro para analisar o PES – Plano Estadual de Saúde, com a retomada do trabalho posteriormente.
119 Salienta também a existência de 07(sete) pareceres com a Comissão, sendo que na última reunião foi
120 informado que haviam 02(dois) pareceres a serem apresentados, porém entendia que para a presente
121 pauta haviam muitas outras prioridades, mas que, no entanto, a mesma acredita que poderá apresentá-las
122 na plenária de março de 2024. Explana que os Relatórios de Gestão apresentaram as propostas e as
123 políticas de saúde, ressaltando a importância de cada comissão avaliar com, pelo menos, o olhar para
124 cada entidade que o(a) conselheiro(a) representa, convidando a todos a participar das reuniões da
125 comissão. **Presidente Walter** pede para serem feitas 03(três) retificações, mencionando que o corpo
126 técnico não é dele, mas do Conselho Estadual de Saúde, destacando que os(as) próprios(as)
127 conselheiros(as) precisam entender a resolução que cria a COMAGESUS – Comissão de Monitoramento
128 e Avaliação da Gestão do SUS em Goiás, destacando que esta comissão é da Mesa Diretora, e que Mesa
129 Diretora não cumpre o papel das comissões. Relata que nunca chegou à Mesa Diretora o pedido de
130 inclusão de pauta de análise de 02(dois) pareceres. Reforça que se há 02(dois) pedidos, os mesmos
131 deveriam chegar até à Mesa Diretora, pois se houve o pedido da Comissão ao corpo técnico, este não
132 chegou nem à Presidência, nem à Secretaria Executiva. **Sra. Viviane** afirma que não solicitou a pauta,
133 enfatizando também que na última reunião informou que haviam 02(dois) pareceres prontos. **Presidente**
134 **Walter** enfatiza que se não chegarem antes, não entrarão na pauta, esclarecendo que esta regra é
135 regimental, pontuando que esta pauta não chegou ao conhecimento da Mesa Diretora. **Sra. Viviane**
136 afirma que não solicitou. **1.4 – CIMEPEGTS – Comissão Intersetorial de Monitoramento da**
137 **Execução das Políticas de Educação e Gestão do Trabalho na Saúde.** **Conselheira Dionne** informa
138 que a comissão se reuniu, afirmado que o trabalho foi muito produtivo, sendo este dia o primeiro do
139 Coordenador da Comissão João Batista Moreira de Melo, informando que a substituição da coordenação
140 da comissão ocorreu porque o coordenador anterior, o conselheiro Venerando, que atualmente compõe a



141 Mesa Diretora, participa de outras duas comissões. Exprime que ficou de fazer o encaminhamento do
142 nome do coordenador adjunto, que ficou com a conselheira Marta Maria Neto, que está substituindo o
143 conselheiro Edward Silva Luz, da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – Goiás –
144 ABRATO/GO, citando que há a participação dos seguintes integrantes: Conselheiro João Batista do
145 segmento dos gestores; conselheira Elizabeth, do segmento dos usuários; mais 04(quatro) pessoas do
146 segmento de trabalhadores; além da relatora adjunta, Edilvana, do Conselho Regional de Fonoaudiologia
147 5º Região – CREFONO 5. Destaca que a comissão está precisando de novos membros. Informa que
148 quando for necessário, devido à escassez de tempo, algumas comissões se reúnem fora do dia da plenária,
149 pois precisam reunir não somente no dia da plenária, informando também que se organizarão. Como
150 encaminhamento, solicitarão uma reunião com a Mesa Diretora, com o objetivo de avaliar a questão da
151 dupla participação de conselheiro(a) nas comissões, e também encaminhar a questão do nome da
152 CIMEPEGTS, pois a mesma não faz mais sentido, pontuando duas comissões, a de Educação
153 Permanente e a CIRHRT – Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relação de Trabalho, que
154 deverão assumir a Educação Permanente no Controle Social. **Conselheira Rosália** destaca a necessidade
155 de proceder à alteração do Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde, informando que solicitará
156 à Mesa Diretora a referida alteração. Exprime que a outra pauta foi relacionada à questão do(a)
157 conselheiro(a), informando que fez um relatório do curso de capacitação deste, acrescentando que
158 ocorreu uma primeira oficina e que, por falta de participantes, o curso foi suspenso. Pontua que foi feito
159 um relatório e o mesmo foi encaminhado para a Mesa Diretora, que estudarão uma forma de conduzir
160 esta situação, ressaltando que não pode haver gasto público para uma reunião com 10(dez) pessoas. Outra
161 questão foi sobre o projeto do Participa +, tendo sido relatado que para o mesmo foram programadas 03
162 (três) oficinas, sendo que a primeira oficina ocorrerá no dia 01 de março de 2024, e que repassarão as
163 datas relativas às demais oficinas. Esclarece que havendo a previsão de acontecer 03(três) oficinas, faz-se
164 necessário garantir a participação dos(as) interessados(as) nas 03(três) oficinas, pois são muitas vagas,
165 sendo que possivelmente haverá alterações nas datas das citadas oficinas. Cita que estão programados
166 para o próximo semestre seminários regionais, objetivando o fortalecimento do Controle Social, que será
167 organizado pelo CEAP – Centro de Educação e Assessoramento Popular, através do Ministério da Saúde,
168 sendo que ficará responsável apenas com a parte da inscrição dos participantes. Menciona que na última
169 oficina houveram muitos problemas relacionados ao transporte, sendo necessário estudar uma forma de
170 ajudar na questão da locomoção das pessoas, para facilitar o acesso às oficinas. **Presidente Walter**
171 informa que o 2º Secretário ainda integra a comissão. Lembra que na primeira oficina do Participa + em
172 Goiás leu o relatório que chegou ao conhecimento do Conselho Estadual de Saúde, e que deste relatório
173 surgiram oficinas de multiplicação. Alega que soube acerca da realização de apenas uma oficina, liderada
174 pela conselheira Dionne, afirmando também que a CES participou do apoio para que a citada oficina
175 pudesse acontecer. Também ressalta que é preciso dialogar com os participantes, para que ocorra a
176 multiplicação, que é o resultado da primeira etapa do Participa + em Goiás. **1.5 – CISTT – Comissão**
177 **Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.** **Srª Daniela**, relatora da comissão,
178 informa que nas últimas reuniões foi encerrada a análise da política estadual de saúde da trabalhadora, e
179 que estão programadas novas reuniões para os dias 08 e 21 de fevereiro de 2024. **Presidente Walter**
180 alega ter resgatado uma deliberação plenária de 2021, tendo pesquisado e encontrado do Encontro
181 Estadual de Saúde do Trabalhador (a), e como é deliberação de plenária, tem que ser cumprida. Salienta
182 que dialogou com a Coordenadora Heloiza e com a Conselheira Rosália, e com o órgão de assessoria do
183 Conselho Nacional, do DIESAT –Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos
184 Ambientes de Trabalho, que presta serviços de assessoria. Destaca que solicitou, por ser integrante da
185 CISTT nacional, ao coordenador que o mesmo apresentasse um projeto, para que se possa tirar do papel
186 uma deliberação de 2021. Esclarece que como Presidente tem reforçado que qualquer atividade
187 formalizada pelo CES, tem que haver projeto para ser apresentado à SES, com o objetivo descrito.
Informa que levou a proposta à Mesa Diretora, que aprovou uma deliberação de 2021 e que, além disso,



188 haverá uma Conferência que tratará especificamente deste fato, relacionado à Conferência de Saúde do
189 Trabalhador e da Trabalhadora. Pontua que tem o CISTTÃO, que será uma etapa preparatória, e que o
190 encontro da CISTT também faria parte de uma etapa preparatória, deliberada para ser iniciada em maio
191 de 2024. Relata que o Encontro Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora passaria a integrar
192 uma etapa preparatória para o encontro nacional, informando também que no decorrer da semana ocorreu
193 a negociação com o DIESAT. Lembra que a relatoria não apresentou nada, pois a discussão se deu no
194 âmbito da CES na última semana. **1.6 – CIRHRT – Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e**
195 **Relação de Trabalho.** **2º Secretário Venerando** informa que esta comissão ainda não tem coordenador.
196 **Presidente Walter** explica que esta comissão já trabalhou muito, e que, nesse sentido, quer submeter a
197 este Conselho, já tendo sido homologada ad referendum, não havendo mais sentido a continuidade do GT
198 – Grupo Técnico, ressaltando que quer por em apreciação a revogação do GT da Mesa Estadual de
199 Negociação Permanente do SUS. Cita também a existência de um ofício da Associação dos Ostomizados,
200 informando que fez a indicação da conselheira Elizabeth para a comissão de CIAMSCMS. Relata que
201 recebeu da SES ofício indicando representante da superintendência da Escola para a CIAMSCMS, a
202 conselheira Maria de Fátima Veloso, indicação da servidora Sra. Cleide Silveira de Azevedo, a qual não
203 estava presente. Menciona a existência de um ofício do SINTASB – Sindicato das (os) Técnicas (os) e
204 Auxiliares em Saúde Bucal de Goiás, que indica para a mesma comissão a conselheira Maria de Fátima e
205 indicação para a Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS; o representante do Sindicato dos(as)
206 Farmacêuticos(as) de Goiás, os farmacêuticos Sr. Fábio José Basílio e Sra. Lorena Baía de Oliveira
207 Alencar como suplente para a Mesa de Negociação; do SINDLABS – Sindicato dos Laboratórios de
208 Análises e Banco de Sangue, a indicação para compor a recomposição da Mesa de Negociação a titular,
209 conselheira Christiane Maria e suplente a Sra. Daiane; da FEHOESG – Federação dos Hospitais,
210 Laboratórios, Clínicas de Imagem e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado de Goiás, a
211 indicação como titular do Sr. Luiz Henrique Gabriel e suplente Sr. Frederico Caetano; do SINTEGO –
212 Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Goiás, a indicação da Sra. Marta Maria
213 Marcelina da Cruz para a CISTT; da ASMOP – Associação por Moradia Popular de Goiás, a indicação
214 da conselheira Lúcia Darck para compor a comissão de CIAMSCMS; indicação para a CISTT encaminha
215 os farmacêuticos Sr. Fábio José Basílio e Sra. Ineslaine Batagim, como suplente; indicação da SESG –
216 Superintendência da Escola de Saúde de Goiás, em substituição do membro da CIRHRT, indica a
217 substituição da servidora Érica Ferreira pelo nome do servidor José Crispim dos Santos Neto; do Projeto
218 Rondon indica como representante Lorraine Katelin Almeida de Jesus Fernandes; a OAB – Ordem dos
219 Advogados do Brasil, indica em substituição à Sra. Isabelle Gomes de Andrade, o Sr. Artur Siqueira
220 Fernandes. Questiona se o indicado se encontra, manifestando que na deliberação da última plenária as
221 entidades faltosas que possuem faltas recorrentes o Conselho precisa informar. Explica que na plenária
222 de janeiro de 2024 apenas duas entidades responderam, Projeto Rondon e OAB. Lembra que de forma
223 recorrente a OAB faz indicações, mas que, entretanto, o(a) conselheiro(a) não comparece às plenárias
224 desde dezembro de 2021 e, desta forma, a plenária tomou uma decisão relativa às duas citadas entidades,
225 devido ambas as entidades tiveram mais de 24(vinte e quatro) faltas consecutivas, e em dezembro de
226 2022, o Pleno do CES deliberou para se colocar as duas entidades na suplência e arguir a titularidade da
227 Loja Maçônica de Goiás e o Sindicato dos Optometristas, permanecendo na suplência o Projeto Rondon e
228 a representante indicada, em cumprimento à deliberação do Pleno, e a OAB fez a indicação, mas o
229 representante estava ausente na primeira reunião. Pontua que estas foram as duas únicas entidades que
230 responderam, reforçando que o regimento será cumprido, independentemente do segmento. **3 –**
231 **INFORMES DA MESA DIRETORA:** **Presidente Walter** informa que a Mesa Diretora atendendo a
232 um convite da APAE-Anápolis, e se surpreenderam com o fato de que a unidade era pequena, e que
233 agora a mesma ocupa 03(três) quadras no local, alegando que ficou muito surpreso, pois a citada
234 instituição presta serviços de saúde há muito tempo. Expressa a vontade de fazer visitas a todas as
235 instituições que fazem parte do Conselho Estadual de Saúde, informando que esteve várias vezes na



236 Associação de Combate ao Câncer, dizendo também que gostaria que, enquanto co-gestores, sempre
237 olhassem para as organizações filantrópicas, que prestam serviço e não têm o devido olhar da Saúde.
238 Afirma ser necessário olhar para as instituições que prestam serviço ao SUS, pois alguns o questionam
239 pelo fato de o mesmo mencionar o SINDLABS, mas quem conhece a atuação deste sindicato no
240 Conselho Municipal de Saúde de Goiânia, sabe o quanto os mesmos defendem os usuários do SUS,
241 expressando que se assim não fosse, sua existência não faria sentido. Ressalta que estas instituições são
242 muito comprometidas com o SUS, informando que esteve presente na oficina do diálogo sobre a
243 Intersetorialidade Da Educação Em Saúde Para A Criança Do Espectro Autista, afirmado que é justo
244 uma organização como esta falar, e que indicou a conselheira Eliane, que fez um excelente discurso e
245 trabalho, sendo que o mesmo agradece muito a participação da citada conselheira. Reforça que, enquanto
246 presidente, sempre que tem oportunidades, as repassam aos(as) conselheiros(as). Menciona que o CES
247 recebeu um convite do Ministério da Saúde, através do Hospital Israelita, para fazer uma oficina sobre
248 equidade no trabalho, em Campo Grande - MS, onde foram o Presidente Walter, o conselheiro João
249 Batista pela SESG e a professora Bárbara, da UFG – Universidade Federal de Goiás, alegando que agora
250 há um grupo estadual que está trabalhando a equidade. Exprime que o Ministério da Saúde está
251 convocando este grupo, afirmado que está conversando com o coordenador da CIMEPGTS, e que a Sra.
252 Marcela e o conselheiro João Batista estão no grupo. Enfatiza também que não faz sentido o presidente
253 estar em Brasília, e que conversou com outra conselheira, que está disposta, e que vai fazer o convite,
254 mas que sempre vai cobrar os relatórios, lembrando que em dezembro de 2023 deliberou que as
255 comissões fizessem os relatórios relativos às suas atividades e que os entregassem à Mesa Diretora.
256 Afirma também que a CIMEPS relatou em plenária, mas pede que seja entregue à Mesa Diretora, assim
257 como as demais comissões. **2 – INFORMES DOS CONSELHEIROS:** **Conselheira Glauciene** faz um
258 breve relato das atividades realizadas, afirmado que foi uma manhã produtiva e que muito foi falado
259 sobre o sistema CAPS – Centros de Atenção Psicossocial, e que também levou a pauta discutida em
260 plenária para a ampliação da CAPS III. Afirma que já passou pela situação de se deparar com pessoa em
261 surto psicótico, que acaba sendo atendida pela Polícia Militar, os quais não são os agentes indicados para
262 esse tipo de atendimento. Relatou outros casos semelhantes. Relata que foi determinada a criação de um
263 GT de trabalho para ampliar o serviço de saúde mental. **Conselheira Rosália** manifesta que, como
264 representante da Câmara Técnica do Sangue, que no dia 31/01/24 tiveram uma reunião em que foi
265 discutido sobre a reunião de Pirineus e Entorno Sul e que na reunião anterior, do dia 07/01/24, a
266 conselheira fez uma intervenção em relação à possibilidade de abrir uma unidade de transfusão de sangue
267 no Município de Alexânia. Relata que fez uma argumentação como proposta para a Conferência de
268 Saúde acontecer em março, e que fez uma análise das regiões Estrada de Ferro e Sul, tendo discutido a
269 necessidade de algumas unidades privadas que têm contrato com o SUS, as quais precisam ter suas
270 unidades de coleta e transfusão de sangue, informando que vai repassar a informação em um relatório.
271 **Conselheiro João Bernardino** informa que tem tentado deliberar algumas questões. Alega que
272 consideram que a Comissão não está funcional, afirmado que nunca faltou a nenhuma reunião. Declara
273 que discorda quando o Presidente afirma que nunca viu uma comissão chamar uma assessoria jurídica,
274 alegando que ficou parecido com o que se está sendo introduzido, e que os municípios têm se
275 comportado de forma aleatória e têm se confundido, principalmente no que se trata das eleições. Destaca
276 que quer reencaminhar, com base no Artigo 18 da Lei 18.865, em relação às intervenções e às questões
277 dos municípios. **Presidente Walter** afirma que perguntou o que era o CONJUR. Informa que este
278 Conselho já fez intervenção, ressaltando que pode falar qual é o município. **Secretária-Executiva Inayá**
279 informa que o processo de eventos foi encerrado no dia 12/12/2023 e não há mais contrato de
280 fornecimento de café e almoço, informando também que nessa plenária quem patrocina o almoço é o
281 SINDLABS, e que há uma lista a ser assinada no restaurante Bistrô em Casa, e solicita aos participantes
282 que não saíssem sem assinar a referida lista. A reunião da Plenária é retomada após o intervalo do almoço
283 às 13h30min. **Presidente Walter** lê o informe a respeito do Boletim de Ocorrência sobre o



desaparecimento do computador do Conselho. **Servidor Leonardo Vergara** explica o que aconteceu e solicita a colaboração de todos para a localização e devolução do equipamento subtraído. **Presidente Walter** reforça que o computador subtraído é um bem público, e uma investigação será feita, pois considera inadmissível que isso tenha acontecido. Menciona também o fato de haver desaparecido uma caixa de álcool do almoxarifado do Conselho. Informa que solicitou à Secretaria Executiva a aquisição de câmeras para todos os espaços do Conselho Estadual de Saúde. Explica que todos os que não pertencem aos quadros dos servidores do CES deverão ser identificados ao adentrarem o espaço do Conselho. Pontua que em órgãos públicos o acesso não pode ser tão livre, havendo a necessidade de maiores restrições. Afirma que o auditório deve ser fechado e solicitou que todos levem seus pertences pessoais. Verifica novamente o quórum para dar início aos trabalhos do período vespertino e confirmar se todos estão aptos às deliberações, procedendo à checagem com a lista de presença assinada no início da plenária.

4 – ORDEM DO DIA: ITEM 1 – Apresentação e Deliberação das Resoluções Ad Referendum: 1 – Resolução Ad Referendum nº 07.2024 – 1ª CEGTES – 1ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Estado de Goiás; 2 – Resolução Ad Referendum nº 08.2024 – 5ª CESTT – 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; 3 – Resolução Ad Referendum nº 09.2024 – MENPSUS-GO – Mesa Estadual de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde em Goiás. **Presidente Walter** lê os itens referentes a esta pauta, que são as resoluções acima citadas e solicita ao 2º Secretário que fizesse a leitura da 1ª Resolução – Resolução Ad Referendum nº 07.2024; que estava em pauta para ser aprovada. **2º Secretário Venerando** dá sequência à leitura do documento. **Conselheira Rosália** pede encaminhamento, alertando que esta não é a Primeira Conferência de Gestão do Trabalho em Goiás. **Presidente Walter** afirma que se não tem documento que comprove, não se pode dizer que houve Conferência. **Conselheiras Rosália e Elza** manifestam que o documento foi feito, afirmindo que uma coisa é não encontrar, outra coisa é afirmar que não há documento que comprove. **Servidor Neusinho** afirma que havia manifestado antes que achava que a conferência tivesse sido realizada, esclarece que isso não quer dizer que não é possível a localização do documento, havendo a necessidade de pesquisar, e que ficou em dúvida, mas percebeu pela manifestação de várias pessoas no Pleno de que tal conferência havia sido realizada e que dessa forma não seria a primeira, desta forma, ressalta que faz-se necessária apenas a localização do documento. **Presidente Walter** informa que uma retificação será feita no caso de comprovação de realização da conferência pretérita. Ressalta que levando em consideração e reportado pelo assessor técnico, a resolução foi homologada e que deve ser deliberada pela aprovação ou revogação da mesma, e antes de dar sequência à votação, menciona que se a documentação que corrobora o que foi dito for encontrada, uma retificação seria feita. **Deliberação:** aprovada a Resolução Ad Referendum nº 7, com 22(vinte e dois) votos a favor, e somente uma abstenção. Explica que como já está homologado, a resolução já está em vigor. Continuando em sequência solicita que a Resolução Ad Referendum nº 08.2024 seja lida pela conselheira Rosa Irlene, a qual compõe a Mesa Diretora representando os trabalhadores. **Conselheira Rosa Irlene** faz a leitura do documento. **Presidente Walter** afirma que esta é a Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que começa em 1º de agosto de 2024 e finaliza com a Etapa Nacional. O mesmo questiona qual é a Conferência que tem início no dia 1º de março. **Conselheira Rosália** responde que é a de Gestão do Trabalho, informando na sequência que a Conferência começará com um mês de atraso. **Presidente Walter** explica que o Documento Orientador havia chegado naquele momento, dizendo esperar qual seria a orientação do Conselho Nacional, mencionando também que os Estados seguem a citada Conferência, entretanto informa que esta resolução já teria sido homologada, procedendo a votação. **Deliberação:** aprovada por unanimidade a Resolução Ad Referendum nº 08, com 21(vinte e um) votos a favor. Solicita que seja colocado em aprovação o Regimento da Conferência, que deve ser feito de forma paritária e lembra que a etapa se inicia em 1º de março, indo até o dia 30/04/2024, sendo esta a etapa Regional ou Macrorregional. Expressa que de 1º de maio a 31/05/2024 serão as etapas Livres Estaduais, as quais não elegem delegados, apenas receberá propostas, e de responsabilidade de quem



332 chamar. Pontua que não foi informada a data da realização da Etapa Nacional. Acrescenta que a
333 Resolução do CNS saiu no dia anterior à realização da plenária, por isso não terminaram. Esclarece
334 também que a Comissão Organizadora Estadual e Nacional deve ser paritária, informando que são 12
335 (doze) participantes, sendo 06(seis) usuários, 03(três) trabalhadores e 03(três) gestores/prestadores.
336 Relata que há as seguintes comissões temáticas: comunicação, acessibilidade, mobilização e outras que,
337 na verdade, são sempre as mesmas, afirmando também que apenas a comissão organizadora tem
338 paridade. Pergunta à plenária se respeita o mesmo princípio da Conferência Nacional e assim poderá
339 fazer o Regimento desta Conferência, indagando à plenária se a Mesa Diretora e a Secretaria Executiva
340 do CES poderão elaborar o Regimento e depois apresentar ao Pleno na forma de Regimento utilizando a
341 Ad Referendum. **Deliberação:** aprovada por unanimidade, com 21(vinte e um) votos a favor.
342 Continuando passa para a Resolução Ad Referendum nº 09.2024 – MEMP SUS-GO – Mesa Estadual de
343 Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde em Goiás. **Conselheira Christiane** propõe que não
344 seja lida a resolução na sua íntegra devido ao fato de ter sido previamente enviada. **Presidente Walter**
345 pergunta à plenária se concordam com a propositura. **Deliberação:** aprovado por unanimidade, com
346 23(vinte e três) votos a favor. Desta forma, conclui que através do Conselho Estadual de Saúde, a Mesa
347 Diretora irá reinstalar a Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS. Pontua que depois de
348 reinstalada através de portaria, após 06(seis) meses, atendendo aos critérios estabelecidos em resolução,
349 poderá pedir revisão da Mesa. Pergunta ao Pleno sobre a extinção do GT técnico que elaborou as
350 propostas e as diretrizes para formação das entidades que vão compor a Mesa Estadual de Negociação
351 Permanente do SUS. Esclarece que está encaminhando, pontuando que só vota quem está na verificação
352 de quórum, os demais não possuem crachá. Ocorre nova contagem de votos. **Deliberação:** aprovada por
353 unanimidade a extinção do GT técnico da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS, com
354 22(vinte e dois) votos a favor. **ITEM 2 – Apresentação do PES 2024-2027.** **Presidente Walter** explica
355 que a Mesa Diretora convocou as coordenações técnicas do Conselho e coordenações das comissões,
356 para a apresentação do PES 2024-2027. **Sr. Raimundo Tiago**, gerente de planejamento, iniciou a
357 palestra apresentando o PES, todas as diretrizes apontadas pelo corpo técnico e pela plenária. Informa
358 que as comissões deliberaram junto com a Gerência de Planejamento e a Mesa Diretora. Procedeu à
359 apresentação à plenária, com resolução de dúvidas e os respectivos encaminhamentos, para que no mês
360 de março seja pautada a deliberação para aprovação do Instrumento de Gestão. Pontua que já foi feita
361 uma apresentação inicial, e que estava presente apenas para mostrar os instrumentos que foram
362 empregados para esta criação, e que pretendia fazer somente uma apresentação inicial, acrescentando que
363 a referida apresentação é apenas inicial. Projeta a sua apresentação em PowerPoint, apresentando os
364 slides, com o objetivo de trazer as principais informações relativas ao Plano Estadual de Saúde. Explica
365 que, além do plano, estes desenvolveram um painel, que ainda está em construção, o que facilitará a
366 visualização do Plano como um todo. Acrescenta que o PES ficou mais enxuto e estratégico, informando
367 que separou por Superintendência, para que a plenária tivesse um ponto focal, e cada meta não tem
368 exclusividade de uma ou outra Superintendência, pois elas são transversais. Salienta que eles fizeram
369 uma separação por tema, informando sobre o detalhamento do plano em que se localizam todas as áreas
370 da SES. Acessa o painel, orientando como os(as) conselheiros(as) poderão acessar cada campo,
371 explicando a transversalidade entre as metas e as ações. Explana que estão trabalhando atualmente nas
372 atividades, e que no início o foco foi nas diretrizes e metas, buscando enxugar o plano e que agora estão
373 partindo para as atividades. Informa que o item integração ainda se encontra inacabado, dando
374 seguimento ao mostrar cada item que está preenchido e alimentado no painel, explicando que no painel
375 estão disponibilizados também os documentos. Acrescenta que já passou para a Secretaria Executiva
376 Inayá o link que permitirá o acesso, citando que na apresentação tem o QR CODE do painel, e também o
377 QR CODE do site. Relata que na apresentação estas informações de acesso já se encontram presentes e
378 serão disponibilizadas aos(as) conselheiros(as). **Servidor Neusinho** pergunta sobre a regulação,
379 questionando se a SES já está assumindo toda a Regulação do Estado, mencionando as regulações



380 intermunicipal, interregional e interestadual. **Sr. Raimundo Tiago** responde que a SES já faz esse
 381 trabalho. **Servidor Neusinho** destaca que não explica que é assim que está na Lei. **Sr. Raimundo**
 382 **Tiago** informa que é assim que está acontecendo, citando como exemplo a questão das cirurgias eletivas.
 383 **Servidor Neusinho** afirma que não está falando apenas de um procedimento, mas se referindo a todos os
 384 procedimentos. **Sr. Raimundo Tiago** informa que isso não é feito desta forma, pois existem
 385 procedimentos que são de autonomia dos municípios, salientando que quando fala da questão municipal,
 386 o Estado tem uma estrutura e o município tem outra, que o trâmite é feito pela via central, mas afirma que
 387 há sim a questão da regulação, e que também há um projeto no PES para aumentar a efetividade da
 388 regulação. **Sra. Júlia**, Gerente de Auditoria do SUS, cita que a Regulação Estadual responde pelas vagas
 389 das unidades próprias, totalizando 32(trinta e duas) vagas, sendo 10(dez) vagas exclusivamente estaduais,
 390 mais as conveniadas, em que existe um plano pactuado, um plano de trabalho no qual a SES compra o
 391 serviço. **Servidor Neusinho** afirma que sua indagação é abrangente. **Sra. Júlia** responde que no pacto
 392 pela saúde, cada município assumiu que iria fazer a sua parte, e o Estado responde integralmente pelas
 393 vagas das unidades próprias e conveniadas. **Servidor Neusinho** questiona sobre a existência de meta
 394 para cumprir a Lei, pois em relação à responsabilidade da SES, a questão é sobre o cumprimento da Lei
 395 Federal e que a responsabilidade de toda a regulação (intermunicipal, interregional e interestadual) deve
 396 ocorrer a cargo do Estado. Acrescenta que o município de Goiânia ficou muito tempo exercendo essa
 397 função, e que apenas recentemente o Estado assumiu. **Conselheiro Gerinaldo** menciona que, curiosamente,
 398 o servidor Neusinho falou o que ele gostaria de falar e coloca outro questionamento, que talvez fosse necessário ampliar as metas como estão sendo colocadas, com o objetivo de ampliar o
 399 aspecto efetivo da regulação, pelo fato da mesma não estar acontecendo da forma plena como era
 400 esperado. Pontua que este não é o único questionamento, indagando como a SES vai articular os
 401 mecanismos para integralizar a regulação plena. **Conselheira Eliane** menciona que vai dar um exemplo
 402 sobre a fala do servidor Neusinho. Relata que sua entidade atende até o Centro-Oeste, e que a regulação
 403 tem que ser gerida pelo Estado. Esclarece que a APAE Anápolis tem a abrangência de uma macrorregião,
 404 assegurando que estão caminhando nesse sentido, informando também que os mesmos estão assumindo
 405 algumas gestões. **Servidor Neusinho** afirma haver uma lacuna neste sistema, perguntando também se há
 406 alguma meta para a solução deste problema. **Sr. Raimundo Tiago** responde que há um projeto de
 407 regulação, o qual trata de um sistema único que o Estado trabalhará com os municípios, pontuando que o
 408 de cirurgias eletivas, tem a inoperabilidade, e afirma que importa e exporta os dados dele. Relata que no
 409 momento em que o Estado abre o sistema, abre também o canal de inoperabilidade do mesmo. **Sra.**
 410 **Viviane** informa que é convidada da CIMEPS e que se preocupa, pois tem acompanhado os instrumentos
 411 ao longo dos anos, e partiram de um plano grande, que entende o esforço, e o reconhece que estão
 412 avançando. Afirma que agora está muito bom, o que os empolga, porém, por outro lado, perceberam que
 413 de anos anteriores para cá várias coisas foram se perdendo. Cita que anos atrás tinham o BIOBANCO,
 414 que foi um projeto que se perdeu no meio de outros planos e que não há mais notícias relacionadas a este
 415 plano. Salienta que entende o processo, considerando válido ficar nas questões macros, porém pensa em
 416 não perder coisas que considera essenciais e o enfoque que a gestão está dando para questões pontuais.
 417 Acrescenta que possui outra preocupação é que desde o ano de 2017 a SES afirma que o Plano Estadual
 418 da Política de Sangue não é realizada, destacando que a gestão ficaria na SES e que atualmente tal
 419 assunto é objeto de sua preocupação, pois estas questões precisam constar no plano. **Sr. Raimundo**
 420 **Tiago** esclarece que o PES fica no sentido de planejamento, que o foco é no monitoramento e
 421 acompanhamento de todos os projetos e ações que serão executadas, explicando que a mudança ocorre na
 422 prestação de contas, sendo que a comissão que fará o acompanhamento e o monitoramento do plano a
 423 partir de uma iniciativa da SES, que reúne todo o grupo com o objetivo de indicar e colocar projetos.
 424 Alega que tem meta para o pessoal do Césio, pelo que pôde lembrar, afirmando que trabalharão nesse
 425 formato, e que estão se estruturando para iniciar o monitoramento. Afirma também que vai se reunir com
 426 a superintendência, explicando que estes projetos devem ser levados às etapas de monitoramento, e que
 427



428 dentro da comissão serão levantadas todas essas questões. Afirma que o documento será acompanhado ao
429 longo do ano, com o objetivo de integrar mais junto ao Conselho e às Comissões, para que o
430 acompanhamento possa ser feito. **Conselheira Elizabeth**, Associação dos Ostomizados, explana que
431 pensa na forma como o plano é formatado, nas instituições que não são prestadoras, organizações que
432 prestam serviços e não recebem recursos públicos. Questiona como estas organizações estão sendo vistas
433 no contexto do plano. Pontua sobre a regulação, afirmando que não está constante, pois há mudanças, e
434 indica um caminho para o usuário, que é a forma como funciona atualmente, mas que não se mantém, e
435 que o caminho pode ser alterado a qualquer momento. Comenta a respeito dos problemas específicos de
436 alguns grupos vulneráveis e que são usuários do SUS, questionando também sobre o problema
437 relacionado à regulação. **Sr. Raimundo Tiago** responde que o papel se encontra no Conselho. **1ª Secretária Heloiza**
438 afirma que faz coro com a senhora Viviane acerca dos avanços, na forma de
439 organizar, trabalhar. Solicita que seja incluído também as discussões da Conferência, afirmando que há
440 um grande gasto de tempo e de recursos que não pode ser ignorado, salientando que estamos num bom
441 momento para a proposição de metas mais ousadas, considerando ser esse o momento para se pensar
442 nisso. Cita sobre propostas interessantes anteriormente apresentadas por algumas pastas, mas que
443 possuem metas pouco ousadas para se resolver os problemas. **Sr. Raimundo Tiago** agradece. **Servidor Neusinho**
444 exprime que faria um breve comentário para reforçar algo dito pelo Sr. Raimundo Tiago, mencionando que foi falado acerca do plano macro, que havia ficado feliz, pois está chegando em um
445 bom ponto, pois antes se tinha um plano extenso, com muitas ações. Esclarece que o projeto consiste no
446 planejamento das atividades, significando que cada ação dará origem a muitos projetos, sendo que a
447 execução será vincular estes gastos com determinada macro ação, e que chegar a este ponto é sofisticado
448 e necessário. Relata ser necessário avançar para esta sofisticação, sendo necessário também enxergar e
449 reconhecer quando se for olhar para os projetos das atividades. Salienta ser necessário o estreitamento da
450 relação do Conselho com as operações da SES em todas as áreas técnicas. Destaca não ser verdade dizer
451 que se estaria entregando ao gestor, salientando a necessidade do trabalho conjunto, todos olhando para
452 as mesmas coisas, fazendo a analogia de que não se pode votar sem saber o que está sendo votado.
453 Solicita ao Sr. Raimundo Tiago uma melhor explicação acerca da vinculação das atividades com as ações
454 e a execução orçamentária. **Presidente Walter** expõe que o que o Servidor Neusinho falou é relacionado
455 ao fato do Conselho e suas comissões de fato funcionarem, ressaltando a necessidade de se cumprir um
456 papel que consta na legislação, de monitoração, fiscalização, elaboração de diretrizes e elaboração
457 conjunta da política pública de saúde em Goiás, sendo que cada comissão interna deste Conselho tem seu
458 papel claramente definido. Pergunta em relação às coordenações das comissões, qual foi o retorno que
459 houve de fato. Destaca que quando foram elaboradas as diretrizes do Conselho e as proposituras que
460 foram incluídas no PES 2024/2027, foram analisados tudo o que foi no passado, tendo sido também
461 analisados para o presente e para o futuro. Reforça a fala do Servidor Neusinho, e também da
462 Conselheira Rosália acerca das ações citadas e questiona quem sabia acerca dessas ações. Explana que
463 cobra as ações do CES, questionando qual o resultado concreto das ações do Conselho enquanto Controle
464 Social. Pontua que muitos consideram ruins suas cobranças, porém reforça que cobrará sempre, sendo
465 essa a tarefa do Conselho. Afirma que, de forma insistente, vem conversando com a Associação dos
466 Ostomizados para que se possa marcar uma reunião com a SES. Reafirma que cobra das entidades,
467 dos(as) conselheiros(as), salientando que este plano é um avanço e que é necessário que isto seja
468 reconhecido. Manifesta que é possível ver o trabalho que está contido no PES, lembrando que servidores
469 como Marcela, Neusinho e a conselheira Rosália acompanharam este trabalho. Alega que sempre foi
470 “chato” enquanto conselheiro do Conselho Municipal de Saúde de Goiânia, salientando que a saúde
471 pública deste país precisa avançar, mas reconhece que houve uma abertura. Relata o Sr. Raimundo Tiago
472 abriu as portas e afirma que muita coisa está avançando. Agradece ao Sr. Raimundo Tiago e afirma que
473 este é um servidor comprometido, e reforça que sobre os ajustes acordados com as comissões, caso sejam
474 concretizados, o PES volta para a aprovação do plenário. **Sr. Raimundo Tiago** destaca que o objetivo é o
475 concretizado.



476 de aprovar, já em março de 2024 o plano, e solicita que todos façam suas colocações e pedidos de ajustes,
477 o que não significa, necessariamente, que não poderá ser ajustado após a aprovação, pois o PES é
478 dinâmico. Destaca que no momento em que for aprovado se fixará a imagem com as metas. Esclarece
479 que qualquer alteração, prevista ou não, o plano retorna para nova aprovação, e uma vez aprovado não
480 significa que estará fechado. **ITEM 3 – Apresentação da Nova Estrutura da Regionalização da SES –**
481 **Secretaria de Estado da Saúde.** **Presidente Walter** informa que a pauta foi suspensa a pedido da
482 Gerência das Regionais, devido às mudanças que estão sendo implementadas, para ser apresentada na
483 Pauta da Plenária do mês de março de 2024. **ITEM 5 – Apresentação da Portaria nº 323.2012,** que
484 institui a Política Estadual de Saúde do Trabalhador no Estado de Goiás. **1ª Secretaria Heloiza** solicita
485 aos(as) conselheiros(as) que se informem para melhor se prepararem para as Conferências, e como a
486 CISTT levantou vários documentos e resolveu trazer esta pauta. **Presidente Walter** cita os outros
487 servidores que acompanham a Coordenadora do CEREST – Centro de Referência em Saúde do
488 Trabalhador, como a senhora Daniela, o senhor Dias e a senhora Nádia. **Sra. Nádia** explica sobre a
489 questão técnica e sobre a referência técnica do município de Pontalina. **1ª Secretaria Heloiza** pergunta
490 sobre a localização da rede sentinel. **Senhor Dias** cita os agravos de saúde que são notificados e os que
491 não são notificados tem a rede sentinel. **1ª Secretaria Heloiza** questiona se seria apenas um documento
492 de notificação. **Sr. Dias** esclarece que não se trata apenas de um registro do agravo, mas de
493 acompanhamento, citando a complexidade em relação a doença, havendo a necessidade de definir a linha
494 de cuidado do trabalhador, pois existem agravos mais complicados, como os relacionados à saúde
495 mental. **Sra. Nádia** relata que o Projeto Frigorífico surgiu devido ao fato de que durante a pandemia de
496 Covid-19 os trabalhadores dessa área terem sido muito atingidos, tendo sido possível mudar alguns
497 processos de trabalho, como a lavagem de roupas do trabalhador (uniformes), o que possibilitou à SES a
498 fiscalização de frigoríficos, com o olhar da saúde do trabalhador e não somente o MAPA – Ministério da
499 Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que fiscaliza a questão da carne. **Conselheira Rosa Irlene**
500 salienta a satisfação da saúde do trabalhador voltada ao motociclista, com a possibilidade do Núcleo de
501 Queimaduras atender um grande número de pacientes motociclistas, acrescentando que atualmente a
502 mesma é Coordenadora da Sociedade Regional de Queimaduras, e que as falas das instituições se unem e
503 possibilitam a melhoria na saúde do trabalhador. **Conselheiro Gerinaldo** parabeniza pela audácia da
504 apresentação deste projeto. Questiona se o projeto está inserido no Plano Estadual de Saúde, perguntando
505 também se o projeto está inserido nos municípios do Estado, sugerindo a inserção do referido projeto nos
506 municípios. **1ª Secretaria Heloiza** reforça que os(as) conselheiros(as) precisam entender a dimensão da
507 saúde do trabalhador, pois o adoecimento do trabalhador é amplo, citando condições de trabalho e
508 adoecimento mental, como do trabalhador que adoeceu por causa do trabalho, mas que perdeu o emprego
509 e não se atentou para o fato de que a perda foi causada justamente pelo trabalho. **Presidente Walter**
510 reafirma que as ações do CEREST, da SUVISA e da CISTT vão muito além da questão do trabalhador,
511 olhando a saúde de todos os trabalhadores, e não apenas os trabalhadores ligados à saúde. **ITEM 4 –**
512 Deliberações sobre a 1ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Estado
513 de Goiás – 1ª GEGTES. **Presidente Walter** procede à verificação do quórum, afirmando que tem que ter
514 12(doze) membros(as), 11(onze) indicados(as), pois quem sempre preside é o Presidente do Conselho,
515 citando os nomes dos cargos dos membros(as), e que a comissão organizadora será da CISTT, e os
516 usuários(as) serão da CIRHRT. Pontua que os 04(quatro) automaticamente irão para a Comissão
517 Organizadora, e os(as) trabalhadores(as) têm 04(quatro) representantes na comissão intersetorial, porém
518 há 03(três) vagas, e os gestores(as) e prestadores(as) também precisam indicar os seus 03(três)
519 representantes para ser feita a resolução Ad Referendum da Comissão Organizadora, e que a mesma é
520 presidida pelo Presidente do Conselho e pela Secretária Executiva. A verificação do quórum é realizada e
521 a contagem tem como resultado 16(dezesseis) membros(as), quórum insuficiente para a deliberação,
522 Dessa forma fica o Item 3 e 6 para a próxima plenária. **Conselheiro João Bernardino** questiona o fato
523 de Anápolis e Padre Bernardo ficarem sempre por último e solicita a inversão da pauta, ficando assim



524 como o primeiro ponto da pauta aprovado pela Mesa Diretora. **Presidente Walter** argumenta que a
525 comissão CIAMCS não se manifesta pelas denúncias. **Conselheira Rosália** esclarece que trouxe, na
526 reunião da Comissão, informações sobre Anápolis, destacando que o coordenador de apoio aos
527 Conselhos Municipais de Saúde já está conversando com Anápolis sobre alguns documentos e cita que
528 em várias ocasiões vem apresentando junto à plenária a questão da organização da Comissão e que se a
529 Mesa Diretora não dialoga com o servidor, que é coordenador da Coordenação de Apoio aos Conselhos
530 Municipais de Saúde, não é papel da Comissão realizar esse diálogo. Realiza a leitura da atribuição da
531 Comissão, que é o monitoramento e não a fiscalização, a qual é papel da Coordenação. Pede respeito
532 enquanto representante da entidade e, por conta de problemas interpessoais, a Comissão não consegue
533 andar e não aceita ser cobrada por isso, e que não é papel dos(as) conselheiros(as) fazer isso, que o
534 Coordenador já disse que foi respondido o caso de Anápolis, e que em relação a Padre Bernardo
535 questiona como é a intervenção, lembrando que na última reunião trouxe a questão, mas que não foi
536 acatada, citando que o que foi dito estava regulamentado, mas que não explica como é essa intervenção.
537 **Conselheira Elza** expressa que compactua com a Conselheira Rosália, reforçando que o que falta no
538 CES é respeito e ética. **1ª Secretária Heloiza** solicita ao Presidente Walter “jogo de cintura”, pois os(as)
539 conselheiros(as) são cobrados o tempo inteiro, e agradece à Servidora Rosilda, a qual fez o contato
540 conforme solicitado. Destaca também que o papel de cobrar é do Presidente Walter, ressaltando que a
541 forma como tais cobranças ocorrem é papel de todos. **Presidente Walter** argumenta que está sozinho e
542 que pediu ajuda, porém a ajuda solicitada não veio, e acrescenta que os(as) conselheiros(as) não estão
543 assumindo o seu papel. Enfatiza que não está cobrando da Conselheira Rosália, mas da Comissão, e que
544 cobra por saber o peso da Comissão. Afirma que cobra também da Coordenadora pelo fato de ter uma
545 boa relação com a Conselheira, e questiona Conselheira Elza se a mesma está cobrando da comissão
546 CIMEPS, pontuando que solicita ajuda há cerca de 02(dois) meses, mas a mesma não vem. **Conselheiro**
547 **Venerando** cita que nenhum conselheiro esteve mais presente no Conselho do que ele próprio, e que
548 Presidente Walter está sentindo na pele o que o mesmo já sentiu. Explana que nenhum conselheiro está
549 defendendo tão somente uma causa, pois todos estão compromissados na defesa do SUS, ressaltando que
550 quem está na Mesa Diretora cobra, havendo uma maneira certa de cobrar, mas é necessário o
551 entendimento de que são membros do CES por livre e espontânea vontade. Afirma que tem a impressão
552 de que cada um defende a sua própria causa, e que pessoas fazem cobranças equivocadas, mas lidar com
553 saúde pública é complexo, o erro é normal, e que por conta de problemas pessoais e familiares, as
554 pessoas que se dedicam ao trabalho voluntário às vezes se sentem incomodadas com as cobranças.
555 Menciona que nas viagens presenciou outros(as) conselheiros(as) sem condições de trabalho e solicita
556 aos(as) conselheiros(as) que revigorem o sentimento de serem parte integrante do Conselho,
557 exemplificando com o caso da dengue, devido ao fato de o trabalho não ter sido executado a contento.
558 Pede calma a todos(as), pedindo também que sejam mais solidários e resilientes, pontuando que o
559 Presidente Walter não citou especificamente a Conselheira Rosália, mas sim a Comissão. Esclarece que
560 quando há a necessidade de algo ser feito, já se caracteriza a intervenção. Solicita que não permitam que
561 o CES volte a ser como há 15(quinze) anos atrás, quando suas ações foram criticadas, pedindo que
562 continue a ser respeitado, pedindo também mais resiliência por parte dos(as) conselheiros(as). Relata que
563 muitas vezes pede calma para o Presidente Walter, lembrando que uma vez, no Conselho Municipal de
564 Saúde, havia policiamento para acompanhar as reuniões, salientando que se for para voltar a ser dessa
565 forma, o mesmo seria o primeiro a sair do Conselho. **Conselheira Elza** expõe que Presidente Walter está
566 adoecendo e, por consequência, adoecendo os(as) demais conselheiros(as), e afirma que a resiliência tem
567 que partir da direção, e que em relação à sua Comissão, se for fazer o que foi por ela sugerido, tirar o
568 nome da pessoa da Comissão, não restaria ninguém. A mesma solicita que se tenha fluxo dentro do CES,
569 processo de trabalho e que as questões internas não interfiram no trabalho da Comissão. Explica que da
570 forma que Presidente Walter coloca, a impetuosidade é que fere, solicitando a este que encontre uma
571 forma de mobilizar e sensibilizar os(as) conselheiros(as). **Presidente Walter** ressalta que está sozinho,



572 afirmando que se o mesmo não for trabalhar o Conselho para, e que, por conta disso, já solicitou ajuda.
 573 **Conselheira Elza** afirma que se o Conselho não anda, é porque Presidente Walter está centralizando as
 574 ações. **Presidente Walter** esclarece que se deu a autonomia e centralizou porque, de outra forma, o
 575 Conselho não andaria. Afirma que foi bom escutar o desabafo e que é bom buscar caminhos alternativos.
 576 Reafirma que está solicitando ajuda há muito tempo, sem sucesso, e que os(as) conselheiros(as) cobram
 577 do CES, mas que não permanecem até o final da Plenária. Propõe que a plenária de março ocorra na
 578 segunda terça-feira do mês de março de 2024, tendo sido marcada para o dia 12(doze).
 579 **ENCAMINHAMENTOS: ITEM 1 – Apresentação e Deliberação das Resoluções Ad Referendum:**
 580 aprovada a Resolução Ad Referendum nº 7 – 1^a CEGTES – 1^a Conferência Estadual de Gestão do
 581 Trabalho e da Educação em Saúde do Estado de Goiás, com 22(vinte e dois) votos a favor, e somente
 582 uma abstenção; aprovada a 2 – Resolução Ad Referendum nº 08.2024 – 5^a CESTT 5^a Conferência
 583 Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com 21(vinte e um) votos a favor, por
 584 unanimidade; 3 – Resolução Ad Referendum nº 09.2024 – MENP SUS-GO – Mesa Estadual de
 585 Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde em Goiás, com 23(vinte e três) votos a favor, por
 586 unanimidade; 4 – aprovada por unanimidade a extinção do GT técnico da Mesa Estadual de Negociação
 587 Permanente do SUS, com 22(vinte e dois) votos a favor, por unanimidade. **Presidente Walter** encerra a
 588 Reunião Ordinária às 16h57min. Em que estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as):
 589 **Conselheiros Titulares:** Segmento Gestor: PAULA DOS SANTOS PEREIRA – Secretaria de Estado
 590 da Saúde de Goiás – SAIS; JOÃO BATISTA DE MELO – Secretaria de Estado da Saúde de Goiás –
 591 SESG; ROSÁLIA PEREIRA MATOS – Ministério da Saúde – Superintendência Estadual de Goiás –
 592 MS; Segmento Prestador: MARIÂNGELA DIAS RIBEIRO – Associação de Combate ao Câncer em
 593 Goiás – ACCG; ELIANE PEREIRA DOS SANTOS – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
 594 de Anápolis – APAE; CHRISTIANE MARIA DO VALLE SANTOS – Sindicato dos Laboratórios de
 595 Análises e Banco de Sangue no Estado de Goiás – SINDLABS; BRAULIA MORAIS MALASPINA –
 596 Vila São Cottolengo; Segmento Trabalhador: EDWARD SILVA LUZ – Associação Brasileira dos
 597 Terapeutas Ocupacionais - Goiás – ABRATO/GO; ELZA LUIZ RODRIGUES SOUZA – Conselho
 598 Regional de Farmácia do Estado de Goiás – CRF; DIONNE HALLYSON SILVA DE SIQUEIRA –
 599 Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Goiás – SIEG; ROSENI BISPO DA SILVA – Sindicato dos
 600 Agentes Comunitários de Saúde e Combate a Endemias – SINDASCE; HELOIZA HELENA
 601 MENDONÇA MASSANARO, SINTFESP – Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e
 602 Previdência. MARIA DE FÁTIMA VELOSO CUNHA – Sindicato dos (as) Técnicos (as) e Auxiliares
 603 em Saúde Bucal do Estado de Goiás – SINTASB; JOÃO BERNARDINO GONÇALVES NETO –
 604 Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Goiás – SINTSEP; Segmento
 605 Usuário: GERINALDO TEODORO DE ASSUNÇÃO – Associação de Alzheimer e Doenças
 606 Similares – AAz-GO; STÉFANY MATIAS DO NASCIMENTO – Associação Brasileira de Linfoma e
 607 Leucemia – ABRALE; MARIA DALVA DA SILVA PINHEIRO – Associação Goiana de Diabéticos –
 608 AGD; ELIZABETH MENDES RAMOS – Associação dos Ostomizados de Goiás – AOG; LUCIA
 609 DARCK GRACIANA PEREIRA – Associação por Moradia Popular de Goiás – ASMOP; TÂMARA
 610 FABÍOLA BORGES GONÇALVES – Associação Grupo AAVE – AIDS, Apoio, Vida, Esperança;
 611 ELISA CARVALHO VAZ – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES; WALTER DA SILVA
 612 MONTEIRO – Central de Movimentos Populares de Goiás – CMP; VALTUÍDES MENDES DA
 613 SILVA – Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; JOSINA DA SILVA
 614 MAIA – Núcleo de Proteção aos Queimados e Proteção à Vítima de Queimadura – NPQ; GLAUCIENE
 615 MAIA DE ALMEIDA PRAXEDES – Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Goiânia; LANDER
 616 BATISTA LANDIM – Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás – GLEG; WILSON DE MELO
 617 CRUVINEL – Pastoral da Saúde/Arquidiocese de Goiânia; WILSON CARDOSO PIRES – Sindicato
 618 do Comércio Varejista de Óptica, Joias, Relógios, Cine-Foto e Bijuterias – SINDIÓPTICA; MARIA
 619 FERREIRA RIBEIRO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – SINTEGO;



620 **SEVERINO SOARES DA SILVA** – União Estadual por Moradia Popular do Estado de Goiás – UEMP;
621 **VENERANDO LEMES DE JESUS** – União Jussarense de Promoção do Menor e do Adolescente
622 Carente e Abandonados e de Defesa da Vida – UNIVIDA. **Conselheiros Suplentes:** Segmento
623 **Trabalhador:** **ROSA IRELNE MARIA SERAFIN**, CREFITO 11 – Conselho Regional de Fisioterapia
624 e Terapia Ocupacional 11^a Região; **EDILVANA CRISTINA ALVES FAUSTINO NUNES**,
625 CREFONO 5 – Conselho Regional de Fonoaudiologia 5^a Região; **SHIRLEY FERREIRA SILVA**,
626 **SOEGO** – Sindicato dos Odontologistas no Estado de Goiás **Segmento Usuário:** **LORRANY**
627 **KETTILYN ALMEIDA DE JESUS**, **PROJETON RONDON** – Associação Nacional dos Rondonistas
628 no Estado de Goiás Dando por encerrada a reunião, da qual eu, Míriam regina Dias Oliveira, Apoio
629 Administrativo Míriam R. D. Oliveira, redigi e lavrei esta ata, posteriormente firmada e
630 assinada pelos membros presentes da Mesa Diretora, representado na(s) pessoa(s) do(a)s senhor(a)s
631 Presidente Walter da Silva Monteiro Walter da Silva Monteiro; 1^a Secretária Heloiza Helena
632 Mendonça Almeida Massanaro Heloiza Helena cujos poderes foram outorgados pela
633 publicação da Resolução CES/GO nº 02/2023 do dia 18 de janeiro de 2023.